

Laurenço Noronha dos Santos | PLMJ TMT

A Ética nos Veículos Automáticos

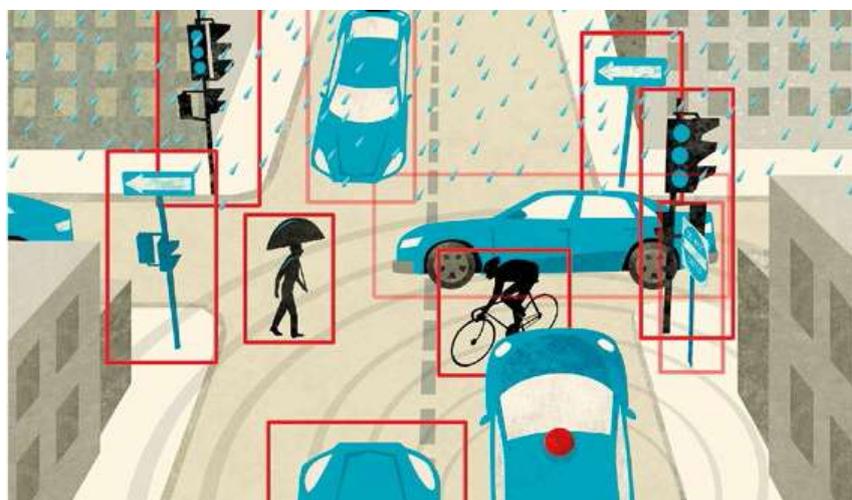
Num dia de sol, um veraneante desloca-se para a praia num veículo automático (VA). De súbito, um grupo de crianças surge na berma da estrada, correndo atrás de uma bola que saltita em direcção ao carro. Se o veículo se desviar, embaterá num muro, vitimando o ocupante; se nada fizer, protegendo o proprietário, atropelará os menores. Que deve o VA fazer?

Fabricantes e investigadores têm dedicado cada vez mais atenção aos problemas éticos colocados pelos VA. Antecipando o momento em que entrarão em circulação os primeiros veículos totalmente automatizados, procura-se uma solução para problemas morais desta natureza, com vista a programar os VA em conformidade.

Em abstracto, há duas possibilidades. A primeira é a de proteger o ocupante do VA em qualquer situação (se necessário, vitimando terceiros) – trata-se da solução “egoísta”. A alternativa é a de sacrificar o ocupante para evitar lesar um terceiro – trata-se da solução altruísta (ou utilitarista, se o número de pessoas salvas for superior ao número das sacrificadas). De todo o modo, os dados disponíveis indicam que a forma como os fabricantes dos VA resolverem esta questão terá influência nas respetivas vendas. Com efeito, um estudo publicado em 2016 na revista *Science* revelou que a maioria das pessoas defende, em abstracto, que o VA deve ser programado para se sacrificar (e ao seu ocupante) de modo a não vitimar terceiros. Porém, quando inquirida sobre que veículo compraria para si, a maioria dos participantes indicou que preferiria um VA programado para defender o ocupante em todas as situações.

Se o mercado deseja VA programados para salvaguardar o ocupante, será nesse sentido que os fabricantes tenderão a caminhar. Poderá, assim, colocar-se um problema se o legislador impuser aos fabricantes a adoção de uma programação altruísta nos seus VA: havendo menos pessoas disponíveis para comprar um veículo com tais características, a generalização dos VA atrasar-se-á.

Não se trata de uma questão menor, uma vez que tudo indica que os VA reduzirão significativamente o número de sinistros nas estradas. De acordo com a informação disponível, 94% dos acidentes a nível mundial (que vitimam anualmente 1,2 milhões de pessoas) devem-se a erro humano. As três principais causas dos sinistros são o álcool, o excesso de velocidade e a distração – fatores que pura e simplesmente desaparecem com os VA.



Ora, se a imposição regulatória de uma programação altruísta redundasse numa menor circulação de VA, a redução do número de acidentes e de mortes na estrada que aqueles veículos (provavelmente) significariam não seria tão considerável. Paradoxalmente, uma postura utilitarista num plano micro poderia prejudicar um resultado utilitarista num plano macro.

É certo que, em parte, este problema não é novo. Na verdade, o leitor pode ainda hoje ser confrontado com um dilema desta natureza: se, ao conduzir, se vir numa situação em que tenha de optar por se sacrificar para não embater num terceiro, ou por vitimar este salvando-se a si, que opção tomará? Ou não se chega a aperceber, e nada faz; ou se assusta, e reage sem pensar; ou toma uma opção de forma consciente (vitimando os terceiros ou sacrificando-se a si próprio). Em função dessa atitude, o condutor será responsabilizado (ou não).

De todo o modo, tomar, na urgência do momento, uma determinada opção é diferente de programar, de forma prévia, abstracta e racional, uma determinada forma de atuar. Por esse motivo, se a lei

pode desculpar alguém que, confrontado com uma situação imprevista e aflitiva, opte pela saída egoísta, dificilmente pode admitir que um fabricante determine a priori que um veículo se deve comportar sempre do modo que mais proteja o seu ocupante, independentemente do que suceda a terceiros.

O mais razoável será, assim, que o legislador imponha um padrão: o de que os VA sejam programados de modo a, quando possível, adoptar a solução que poupe o máximo número de vidas.

Parece que, em tal cenário, haverá menos pessoas disponíveis para adquirir VA – que seriam, deste modo, uma forma de locomoção reservada àqueles que aceitassem viajar num veículo que, em caso de necessidade, os sacrificaria para poupar a vida de terceiros. Isto, por sua vez, significaria que o potencial dos VA não seria totalmente atingido, já que os números em circulação seriam inferiores aos que se verificariam se a opção “egoísta” estivesse disponível. Contudo, nem sempre os fins justificam os meios.

A polémica só agora começou. ■